



SUPREMO TRIBUNAL
FEDERAL – STF

RETROSPECTIVA *2021*

Principais julgamentos
em matéria tributária

FIEMG

Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA



ÍNDICE

- Pág 3 • Tema 1048:** Inclusão do ICMS na base de cálculo da CPRB;
- Pág 4 • Tema 1093:** Inconstitucionalidade formal de cláusulas do Convênio ICMS 93/2015;
- Pág 5 • Tema 825:** Incidência do ITCMD sobre heranças e doações no exterior;
- Pág 6 • Tema 495:** constitucionalidade e a natureza jurídica da contribuição de 0,2%, calculada sobre a folha salarial de determinadas indústrias rurais e agroindústrias, incluindo cooperativas, e destinada ao Incra.
- Pág 7 • ADC nº 49:** incidência do ICMS nas operações de transferência de mercadorias entre estabelecimentos do mesmo titular;

- Pág 8 • Tema 69:** embargos de declaração tese do século ;
- Pág 9 • Tema 842:** depósitos bancários de origem não comprovada;
- Pág 10 • Tema 705:** ICMS nos serviços de telecomunicações e a inadimplência do consumidor;
- Pág 11 • Tema 304:** crédito de PIS/Cofins nas aquisições de insumos recicláveis;
- Pág 12 • Tema 1135:** inclusão do ISS na base de cálculo da CPRB;
- Pág 13 • Tema 490:** possibilidade do ente federado negar o direito ao crédito de ICMS destacado em notas fiscais, em operações interestaduais provenientes de outro ente federativo, que concede, por iniciativa unilateral, benefícios fiscais pretensamente inválidos;
- Pág 14 • Tema 118:** inclusão do Imposto Sobre Serviços (ISS) na base de cálculo das contribuições do PIS/COFINS;
- Pág 15 • Tema 962:** incidência de IRPJ e CSLL sobre os valores referentes à taxa SELIC recebidos em razão de repetição de indébito tributário;

- Pág 16 • Tema 554:** constitucionalidade da delegação ao Poder Executivo para fixar, por meio de ato infralegal (decreto), critérios para a redução ou majoração da alíquota da contribuição previdenciária destinada ao custeio do Seguro de Acidente do Trabalho (SAT);
- Pág 17 • Tema 745:** inconstitucionalidade da instituição de uma alíquota de ICMS majorada para energia elétrica e telecomunicações;
- Pág 18 • Tema 817:** possibilidade de os Estados e o Distrito Federal, mediante consenso alcançado no CONFAZ, perdoar dívidas tributárias surgidas em decorrência do gozo de benefícios fiscais.



RETROSPECTIVA TRIBUTÁRIA 2021

23/02/2021

RE 1.187.264
(Tema 1.048)

Inclusão do ICMS na base de cálculo da CPRB.

TESE

“É constitucional a inclusão do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS na base de cálculo da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta – CPRB.”



Jan.

Fev.

Mar.

Abr.

Mai.

Jun.

Jul.

Ago.

Set.

Out.

Nov.

Dez.



RETROSPECTIVA TRIBUTÁRIA 2021

24/02/2021

**ADI 5.469/DF e RE
1.287.019/DF
(Tema 1.093)**

Inconstitucionalidade formal das cláusulas 1ª, 2ª, 3ª, 6ª e 9ª do Convênio ICMS93/2015.

TESE



A cobrança do diferencial de alíquota alusiva ao ICMS, conforme introduzido pela Emenda Constitucional nº 87/2015, pressupõe a edição de lei complementar, veiculando normas gerais.”



Jan.

Fev.

Mar.

Abr.

Mai.

Jun.

Jul.

Ago.

Set.

Out.

Nov.

Dez.



RETROSPECTIVA TRIBUTÁRIA 2021

01/03/2021

RE 851.108 (Tema 825)

Incidência do ITCMD sobre heranças e doações no exterior.

TESE

“É vedado aos estados e ao Distrito Federal instituir o ITCMD nas hipóteses referidas no artigo 155, § 1º, III, da Constituição Federal sem a intervenção da lei complementar exigida pelo referido dispositivo constitucional.”

Jan.

Fev.

Mar.

Abr.

Mai.

Jun.

Jul.

Ago.

Set.

Out.

Nov.

Dez.



RETROSPECTIVA TRIBUTÁRIA 2021

07/04/2021

RE 630.898 (Tema 495)

Constitucionalidade e natureza jurídica da contribuição de 0,2%, calculada sobre a folha salarial de determinadas indústrias rurais e agroindústrias, incluindo cooperativas, e destinada ao Incra.

TESE

“É constitucional a contribuição de intervenção no domínio econômico destinada ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) devida pelas empresas urbanas e rurais, inclusive após o advento da EC 33/2001.”

Jan.

Fev.

Mar.

Abr.

Mai.

Jun.

Jul.

Ago.

Set.

Out.

Nov.

Dez.



RETROSPECTIVA TRIBUTÁRIA 2021

19/04/2021

ADC 49

Incidência do ICMS nas operações de transferência de mercadorias entre estabelecimentos do mesmo titular.

O Supremo Tribunal Federal decidiu pela inconstitucionalidade da incidência do ICMS nas remessas de mercadorias entre estabelecimentos de um mesmo contribuinte. Pendente a análise dos embargos de declaração opostos quanto a modulação dos efeitos.

Jan.

Fev.

Mar.

Abr.

Mai.

Jun.

Jul.

Ago.

Set.

Out.

Nov.

Dez.



RETROSPECTIVA TRIBUTÁRIA 2021

13/05/2021

RE 574.706 (Tema 69 – “Tese do Século”)

O Tribunal, por maioria, acolheu, em parte, os embargos de declaração, para modular os efeitos do julgado cuja produção haverá de se dar após 15/3/2017 – data em que, julgado o RE 574.706 e fixada a tese com repercussão geral, "O ICMS não compõe a base de cálculo para fins de incidência do PIS e da Cofins" –, ressalvadas as ações judiciais e administrativas protocoladas até a data da sessão em que foi proferido o julgamento.

Jan.

Fev.

Mar.

Abr.

Mai.

Jun.

Jul.

Ago.

Set.

Out.

Nov.

Dez.



RETROSPECTIVA TRIBUTÁRIA 2021

05/2021

RE 855.649/RS
(Tema 842)

Depósitos bancários de origem não comprovada (presunção prevista no artigo 42 da Lei 9.430/1996).

TESE

“O artigo 42 da Lei 9.430/1996 é constitucional.”

Jan.

Fev.

Mar.

Abr.

Mai.

Jun.

Jul.

Ago.

Set.

Out.

Nov.

Dez.



RETROSPECTIVA TRIBUTÁRIA 2021

14/05/2021

RE 1.003.758
(Tema 705)

A inadimplência do consumidor não afasta a incidência do ICMS nos serviços de telecomunicações.

TESE

“A inadimplência do usuário não afasta a incidência ou a exigibilidade do ICMS sobre serviços de telecomunicações.”

Jan.

Fev.

Mar.

Abr.

Mai.

Jun.

Jul.

Ago.

Set.

Out.

Nov.

Dez.



RETROSPECTIVA TRIBUTÁRIA 2021

08/06/2021

RE 607.109 (Tema 304)

Declarou a inconstitucionalidade dos artigos 47 e 48 da Lei 11.196, de 21/11/2005, que impedia o crédito de PIS/Cofins nas aquisições de insumos recicláveis.

TESE



São inconstitucionais os artigos 47 e 48 da Lei 11.196/2005, que vedam a apuração de créditos de PIS/Cofins na aquisição de insumos recicláveis.”

Jan.

Fev.

Mar.

Abr.

Mai.

Jun.

Jul.

Ago.

Set.

Out.

Nov.

Dez.



RETROSPECTIVA TRIBUTÁRIA 2021

08/06/2021

RE 1.285.845
(Tema 1.135)

Inclusão do ISS na base de cálculo da CPRB.

TESE



É constitucional a inclusão do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) na base de cálculo da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB)."

Jan.

Fev.

Mar.

Abr.

Mai.

Jun.

Jul.

Ago.

Set.

Out.

Nov.

Dez.



RETROSPECTIVA TRIBUTÁRIA 2021

17/08/2021

RE 628.075 (Tema 490)

Possibilidade, ou não, de ente federado negar à adquirente de mercadorias o direito ao crédito de ICMS destacado em notas fiscais em operações interestaduais provenientes de outro ente federativo, que concede, por iniciativa unilateral, benefícios fiscais pretensamente inválidos.

TESE

“O estorno proporcional de crédito de ICMS efetuado pelo Estado de destino, em razão de crédito fiscal presumido concedido pelo Estado de origem sem autorização do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), não viola o princípio constitucional da não cumulatividade.”

Jan.

Fev.

Mar.

Abr.

Mai.

Jun.

Jul.

Ago.

Set.

Out.

Nov.

Dez.



RETROSPECTIVA TRIBUTÁRIA 2021

20/08/2021

RE 592.616 (Tema 118)

Questiona a constitucionalidade da inclusão do Imposto Sobre Serviços (ISS) na base de cálculo das contribuições do PIS/Cofins.

Julgamento suspenso (resultado parcial 4x4)

Jan.

Fev.

Mar.

Abr.

Mai.

Jun.

Jul.

Ago.

Set.

Out.

Nov.

Dez.



RETROSPECTIVA TRIBUTÁRIA 2021

24/09/2021

RE 1063187 (Tema 962)

Incidência de IRPJ e CSLL sobre os valores referentes à taxa SELIC recebidos em razão de repetição de indébito tributário.

TESE

“*É inconstitucional a incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores atinentes à taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário.*”

Jan.

Fev.

Mar.

Abr.

Mai.

Jun.

Jul.

Ago.

Set.

Out.

Nov.

Dez.



RETROSPECTIVA TRIBUTÁRIA 2021

10/11/2021

RE 677.725 e ADI 4.397 (Tema 554)

Constitucionalidade da delegação ao Poder Executivo para fixar, por meio de ato infralegal (decreto), critérios para a redução ou majoração da alíquota da contribuição previdenciária destinada ao custeio do Seguro de Acidente do Trabalho (SAT).

TESE

“O Fator Acidentário de Prevenção (FAP), previsto no artigo 10 da Lei 10.666/2003, nos moldes do regulamento promovido pelo Decreto 3.048/99 (RPS), atende ao princípio da legalidade tributária (art. 150, I, CRFB/88).”

Jan.

Fev.

Mar.

Abr.

Mai.

Jun.

Jul.

Ago.

Set.

Out.

Nov

Dez.



RETROSPECTIVA TRIBUTÁRIA 2021

22/11/2021

RE 714139 (Tema 745)

Inconstitucionalidade da instituição de uma alíquota de ICMS majorada para energia elétrica e telecomunicações.

TESE

“Adotada, pelo legislador estadual, a técnica da seletividade em relação ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), discrepam do figurino constitucional alíquotas sobre as operações de energia elétrica e serviços de telecomunicação em patamar superior ao das operações em geral, considerada a essencialidade dos bens e serviços.”

Jan.

Fev.

Mar.

Abr.

Mai.

Jun.

Jul.

Ago.

Set.

Out.

Nov

Dez.



RETROSPECTIVA TRIBUTÁRIA 2021

18/12/2021

ADI 2.549 (Tema 817)

Possibilidade de os Estados e o Distrito Federal, mediante consenso alcançado no Confaz, perdoar dívidas tributárias surgidas em decorrência do gozo de benefícios fiscais, implementados no âmbito da chamada guerra fiscal do ICMS, reconhecidos como inconstitucionais pelo STF.

TESE

“É constitucional a lei estadual ou distrital que, com amparo em convênio do Confaz, conceda remissão de créditos de ICMS oriundos de benefícios fiscais anteriormente julgados inconstitucionais.”

Jan.

Fev.

Mar.

Abr.

Mai.

Jun.

Jul.

Ago.

Set.

Out.

Nov.

Dez.



FIEMG